

'SEQUESTRO DO ORÇAMENTO'

Lula ataca emendas, e STF vai analisar suspensão imposta por Dino sob pressão do Congresso

MARIANA MUNIZ, GABRIEL SÁDÓIA, ALCÉ CRAVO, RENE LIMA, JENNIFER GUARTE E SÉRGIO ROXO

A queda de braço em torno das emendas impositivas, aquelas que o governo é obrigado a pagar, ganhou novos capítulos ontem envolvendo os três Poderes. A Câmara e o Senado entram com um pedido de suspensão liminar da decisão monocrática do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu o pagamento dos recursos apontados por parlamentares por falta de transparência. Mesmo sob pressão, a tendência é que os demais ministros da Corte validem a determinação de Dino em sessão extraordinária do plenário virtual aberta à 0h de hoje.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou ontem o avanço do Congresso sobre o Orçamento e defendeu que haja um acordo entre Executivo e Legislativo para contornar a situação. Segundo ele, o Parlamento "sequestrou" verbas que deveriam ser direcionadas pelo governo e que a implementação, em 2015, representou o "começo de uma loucura". Na ocasião, a presidente era Dilma Rousseff, que enfrentava oposição do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, um dos articuladores da mudança que diminuiu o poder do Executivo.

— Emendas impositivas significam que deputados podem ser contra ou a favor e têm o mesmo direito. Se passar o dia inteiro me xingando, recebe do mesmo jeito. Isso foi o começo de uma loucura. Congresso hoje tem metade do orçamento total do governo. Não é possível, não tem país do mundo em que Congresso tenha sequestrado parte do Orçamento em detrimento do Poder Executivo, que tem obrigação de governar — afirmou Lula em entrevista à Rádio T, em Curitiba.

JULGAMENTO NO SUPREMO
A medida imposta por Dino será apreciada hoje, ao longo do dia, em plenário virtual. Nos bastidores da Corte, a expectativa é de que os ministros chancem a determinação e que um processo de acordo com o Congresso seja costurado logo depois. A avaliação de integrantes



Votação. Pacheco ao lado do presidente do STF, Luis Roberto Barroso, e do ministro Flávio Dino: medida sobre emendas impositivas vai hoje a plenário virtual



Negociação. Lula critica ampliação do Congresso sobre o Orçamento e defende que haja um acordo entre os Poderes

do tribunal é que a maioria dos magistrados entende que a decisão de Dino, embora drástica e incômoda para Senado e Câmara, foi importante para jogar luz sobre a necessidade do cumprimento dos comandos de transparência previstos pela Constituição.

O GLOBO apurou que a cúpula do Congresso chegou a solicitar ao presidente do Supremo, Luis Roberto Barroso, que a sessão de julgamentos convocada para a análise da liminar fosse adiada, mas que o pedido não teve sucesso e o plenário estava mantido.

Ontem, ministros conversaram entre si e com inte-

grantes do Legislativo sobre a medida adotada por Dino. De um lado, foram avaliados eventuais desgastes políticos. De outro, foi mencionado o argumento de parlamentares de que é preciso ter espaço para discussões. Para o Congresso, o ideal é que as medidas de transparência avancem, mas seguindo o rito e os trâmites do Legislativo.

Entre os ministros, a tendência apontada é o respaldo a Dino, mas algum magistrado ainda pode fazer um pedido de vista — algo visto como improvável no momento. Se isso acontecer, o julgamento será interrompido.

Outras duas liminares da-

das por Dino envolvendo emendas também serão julgadas e contam com a expectativa de que sejam validadas: duas das decisões são sobre as emendas de transferências especiais, conhecidas como Emendas Pix. Elas foram proferidas nas duas últimas semanas e estabeleceram critérios para a realização dos repasses. Essas determinações seriam analisadas em duas sessões normais do plenário virtual, mas na quarta-feira Dino pediu o julgamento extraordinário.

Em 2024, R\$ 49 bilhões ficaram nas mãos do Congresso em emendas. Foram R\$ 25 bilhões reservados para as emendas individuais, mon-

"Congresso hoje tem metade do orçamento total do governo. Não tem país do mundo em que Congresso tenha sequestrado parte do Orçamento"

Lula, em entrevista a uma rádio

"As decisões causam danos irreparáveis à economia pública, à saúde, à segurança"

Câmara e Senado, em pedido ao STF para suspender decisão

REAÇÃO DO CONGRESSO

Partidos de vários campos políticos, como PL, PT, União Brasil, PP, PSD, PSB, Republicanos, PSDB, MDB e PDT, endossaram o recurso apresentado ao presidente da Corte, Luis Roberto Barroso. O documento questiona a legalidade e a constitucionalidade dos atos de Dino.

"As decisões causam danos irreparáveis à economia pública, à saúde, à segurança e à própria ordem jurídica, além de violar patentemente a se-

paração de Poderes, o que justifica a sua suspensão", afirma um trecho. "Ao fazê-lo, sem a existência de plausibilidade jurídica e perigo da demora, a decisão suspende a execução de serviços, obras e políticas públicas essenciais para a vida cotidiana de milhões de brasileiros".

Na sentença, apesar da suspensão das emendas, Dino determinou que não serão repados os recursos destinados a obras já iniciadas e em andamento ou de ações em casos de calamidade pública. A decisão vale até que o Congresso aprove novas regras para a liberação desses recursos, levando em conta critérios de "transparência, rastreabilidade e eficiência". O documento questiona a decisão e, em um trecho, afirma que o ministro não demonstra a suposta "falta de transparência".

Na quarta-feira, a Câmara adiou a votação de destaques da regulamentação da Reforma Tributária, pauta prioritária do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O cancelamento foi interpretado como um "recado" a Dino e ao governo, já que o magistrado, até fevereiro, era ministro da Justiça de Lula. No mesmo dia, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso rejeitou uma Medida Provisória (MP) que prevê um aumento no orçamento do Poder Judiciário. A derubada da MP, contudo, ainda precisa ser votada em sessão da Câmara.

O Planalto trabalha com a perspectiva de uma solução rápida para a crise. A preocupação é que a decisão aumente a turbulência com o Congresso e trave o andamento da pauta econômica, considerada prioritária. Por enquanto, não está prevista a entrada em campo do ministro Fernando Haddad (Fazenda), que desempenhou papel de destaque na articulação com os congressistas, para ajudar a solucionar o impasse. No entendimento da pasta, o problema está acima da pasta e não há, no momento, nada que o ministro possa fazer.

Auxiliares de Lula têm se esforçado em reforçar que não há digitais do Planalto na decisão de Dino, mas referendam a tese do ministro de que é preciso ampliar transparência no pagamento e destinação de emendas e defendem que o debate sobre o tema é necessário.